

# Subsunção do Trabalho ao Capital e os Limites na Subsunção da Atividade de Serviços

Ellen Tristão (UFRJ)\*

**Resumo:** A crescente importância das atividades de serviços no capitalismo contemporâneo traz ao debate os limites apontados por Marx para a utilização capitalista dessas atividades, limites que podem ser encontrados na impossibilidade de sua subsunção real. À luz do desenvolvimento histórico do processo de trabalho, identificamos a subsunção real com o esvaziamento do conteúdo do trabalho imediato, através da aplicação consciente da ciência ao processo produtivo, forma por excelência de extração de mais-valia relativa. Pela natureza dos serviços, sua qualificação torna-se barreira para a extração de mais-valia relativa, uma vez que impede o capital de modificar o conteúdo dessas atividades, sob o risco de um esvaziamento de seu resultado, o qual deixa de satisfazer às necessidades para as quais se direciona, e como consequência, às necessidades de valorização do capital.

**Palavras-chave:** economia política, processo de trabalho, serviços

**Abstract:** The growing importance of the activities of the service sector in contemporary capitalism brings the limits to the capitalist use of these activities as pointed out by Marx under scrutiny. These limits lie in the impossibility of real subsumption. In light of the historical development of the labour process we identify real subsumption with the bereavement of immediate labour's content through the conscious application of science in the productive process, the mode par excellence of relative surplus-value extraction. Due to the nature of services, it's properties become an obstacle for the extraction of relative surplus-value, because it hinders capital from modifying the content of these activities, under risk of bereavement of their end-result, which therefore no longer satisfies the needs to which it's directed, and thus, the needs of increasing capital's value.

**Key-words:** political economy, labour process, services

## *Introdução*

Nas últimas décadas, as atividades de serviços assumiram dimensões consideráveis, empregando no Brasil, por exemplo, 71,1% do pessoal ocupado em 2002.<sup>1</sup> Aqui pretendemos um entendimento dessas atividades numa perspectiva que toma por fundamento os escritos de Marx. Marx define “[...] serviço não é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa mas como atividade” (MARX, 1985, p. 118). Sob essa definição inúmeras atividades podem ser consideradas como serviços: do telemarketing à atividade docente, atividades qualitativamente muito distintas. De forma sintética, podemos apontar que as atividades de serviços cumprem diferentes funções no modo de produção capitalista, das quais destacamos: 1) Realizar ou auxiliar na realização da mais-valia, ou seja, na venda do produto. Sendo assim, essas atividades – que vão do comércio às atividades de publicidade, criação de marcas, *designers* de produtos que facilitem a venda – são imprescindíveis para a produção capitalista; 2) movimentação da mais-valia social. Esta função, ligada à primeira, é

---

Este trabalho contou com o financiamento do CNPq-Brasil

\* Economista pela UNESP, mestranda em Serviço Social pela UFRJ.

<sup>1</sup> Dados referentes à Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, produzida no ano de 2006.

de grande importância no capitalismo contemporâneo financeirizado, além de ter sido crucial no período do Estado do Bem-Estar Social (1945-1970) colaborando para a formação da demanda efetiva;<sup>2</sup> e 3) como a maioria das atividades no modo de produção capitalista, os serviços também cumprem a função de reproduzir a relação social baseada na propriedade privada. Essa função é tanto *político-ideológica*, na medida em que colabora para a interiorização da ideologia burguesa pela classe trabalhadora; como também *econômica*, na medida em que proporciona o lucro, valorizando o capital individual do capitalista.

Nossa ênfase será para as atividades de serviço que diretamente valorizam o capital na produção imediata, atividades subsumidas ao capital em seu processo de valorização.<sup>3</sup> Essa escolha dá-se em função dos limites que essas atividades apresentam à sua utilização no processo de valorização do capital e por serem, em sua maioria, qualificadas. A qualificação a qual nos referimos é a qualificação imanente às atividades que satisfazem necessidades sociais, necessidades cuja gênese se atrela ao desenvolvimento do gênero humano, do homem enquanto ser social (LUKÁCS, 1978), trata-se aqui de atividades vinculadas à linguagem, à educação, às artes, entre outras. Essas atividades exigem atributos humanos, como o saber, a criatividade, sentidos desenvolvidos, afetividade etc., qualificação que se diferencia da qualificação exigida pela produção imediata nas fábricas.<sup>4</sup> A utilização capitalista dessas atividades é crescente, principalmente através do processo de terceirização, no qual trabalhadores do direito, serviço social, psicólogos, pedagogos se inserem em empresas que para valorizar seu capital, terceirizam essas atividades.<sup>5</sup> A seguir

---

<sup>2</sup> Francisco de Oliveira em seu livro *Crítica a razão dualista*, de 1972, aborda elementos desses dois aspectos da atividade de serviços fazendo uma crítica ao pensamento desenvolvimentista, o qual considerava o setor de serviços “inchado” nos países subdesenvolvidos: “[...] o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente trabalho, tanto em termos absolutos como relativos faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma ‘inchação’, nem de nenhum segmento ‘marginal’ da economia” (OLIVEIRA, 2003, p. 54-55).

<sup>3</sup> Essas atividades podem estar simultaneamente auxiliando na realização de capital, como a atividade de publicidade, e mesmo assim valorizando capital, no caso de ser uma atividade terceirizada. O mesmo no caso das funções de movimentação da mais-valia social, isso porque o que determina sua participação direta na valorização do capital é a função social que cumpre frente ao capital pelo qual se troca, e não pelo resultado (enquanto valor de uso) que desempenha (auxiliar na venda do produto, ou movimentação da mais-valia social). Vale ressaltar que o processo de terceirização cumpre importante papel no crescimento dos serviços enquanto meio para valorizar capital, porém não é esse o tema de nosso texto e essa análise aqui surgirá aqui implicitamente, como um dado.

<sup>4</sup> Obviamente, dentre os serviços, muitas atividades que se caracterizam por atributos imanentemente humanos se desenvolveram para satisfazer necessidades de classes determinadas, ou, atualmente, do próprio processo de produção capitalista, não satisfazendo imediatamente necessidades humanas, a publicidade figura-se como um bom exemplo dessas atividades que nasceram sob o jugo do capital ou de sociedades de classe.

<sup>5</sup> As atividades citadas são consideradas Serviços Sociais por Pochmann (2008), o qual nos coloca que no período entre 2000-2005 esses serviços cresceram 12,6%, maior crescimento do setor terciário. O processo de terceirização, entre 1985-2005, cresceu 25 vezes, sendo que em 2005 os serviços eram responsáveis por 94,9% das atividades terceirizadas. Além da grande importância dos serviços no processo de terceirização, houve um crescimento no número de trabalhadores terceirizados com maior qualificação, em 1985 apenas 11,1% dos terceirizados tinham mais de nove anos de escolaridade, já em 2005 esse número aumentou para 54,7%. A isso se soma o aumento da massa salarial para essas atividades, enquanto no período 1985-2005 a ocupação terceirizada cresceu sete vezes, a massa salarial cresceu dez, como resultado, em 2005, 35,5% dos terceirizados recebiam entre 3 e 5 salários mínimos e 5,7% a partir de 6 salários, enquanto em 1985, 77,5% dos terceirizados recebiam até 2 salários mínimos. Os dados se referem ao Estado de São Paulo.

desenvolveremos as considerações da Economia Política e de Marx acerca da possibilidade da utilização dessas atividades na valorização do capital, para em seguida inserirmos como tema de debate a subsunção do trabalho ao capital.

### ***1. A atividade dos serviços enquanto trabalho produtivo no processo de produção imediata***

Grande parte das considerações de Marx acerca dos serviços é acompanhada por sua definição de trabalho produtivo e improdutivo, principalmente ao tratar do processo de produção imediata.<sup>6</sup> Em sua análise da história do pensamento econômico, publicada como *Teorias da mais-valia*, fica claro que Marx parte das considerações de seus antecessores para tecer suas considerações sobre o conceito de trabalho produtivo e improdutivo e sobre os serviços.

O trabalho produtivo é caracterizado como o trabalho que produz um excedente, ou seja, produz mais riqueza do que consome no processo de produção. A primeira escola, em destaque, a procurar entender o trabalho produtivo foi a Escola Fisiocrata. Os fisiocratas deixaram de lado o pensamento Mercantilista que defendia ser toda a riqueza originada no comércio.<sup>7</sup> No entendimento da Fisiocracia, a atividade agrícola seria a única capaz de produzir excedente, pois além de alimentar os trabalhadores da terra – classe produtiva –, ainda remunerava toda classe estéril, fornecia as matérias-primas para essa classe e lhes pagava por ferramentas para uma nova produção, além de gerar um valor excedente (produto líquido) em relação ao investido no início do ciclo, excedente que era destinado à classe dos proprietários.

Um importante avanço da Fisiocracia foi o de definir trabalho produtivo como aquele que produz excedente e, o mais importante, excedente para o proprietário e não para o trabalhador. O excedente para os fisiocratas é aquele que ultrapassa o consumo dos trabalhadores produtivos. Porém, a capacidade de criar excedente seria uma propriedade da natureza e não do trabalho, de forma que o trabalho na indústria apenas combinaria valores e não os produziria. Entende-se, assim, que o valor para os fisiocratas seja medido pelo valor de uso do próprio trabalho – no caso o trabalho agrícola, o qual consome menos produtos em espécie do que produz – e não pelo tempo de trabalho, que se tornou medida de valor para a Economia Política, assim que essa encarou o valor de troca. (QUESNAY, 1996; MARX, 1980; ROLL, 1962).

Como importante representante da Economia Política, Adam Smith encara a riqueza como poder de comandar trabalho alheio, ou de comandar todo produto do trabalho. Faz então a distinção entre valor de troca e valor de uso. O valor de uso corresponde à utilidade do objeto, já o valor de

---

<sup>6</sup> Referimo-nos aqui principalmente aos escritos de *Teorias da mais-valia*, Capítulo VI Inédito e Livro I de *O capital*. Ressaltamos que nossa análise dos serviços e da definição de trabalho produtivo está circunscrita ao processo imediato de produção capitalista, portanto, não tratamos do processo global de produção.

<sup>7</sup> Sem esquecermos aqui das contribuições de William Petty, anterior à Escola Fisiocrata, o qual afirmava: “[...] o trabalho é o pai e princípio ativo da riqueza, da mesma forma que as terras são a sua mãe” (PETTY, 1996, p. 11).

troca é igual à quantidade de trabalho alheio que uma mercadoria pode comprar. Para Smith o trabalho é a medida do valor. A partir dessa consideração, Smith desenvolve “ponto de vista certo” dos fisiocratas (MARX, 1980, p. 133) de que trabalho produtivo é aquele que produz excedente para o proprietário/capitalista, como apontado na citação a seguir:

Existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. O trabalho de um manufator acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o do lucro do seu patrão. Ao contrário o trabalho de um criado doméstico não acrescenta valor algum a nada. (SMITH, 1983, p. 285)

Nesta citação, Smith mostra que o trabalho na manufatura também é produtivo. Mas devemos ressaltar que isso não se deve somente à possibilidade desse trabalho produzir valor, mas por produzir um valor que remunere o trabalhador e que crie o lucro do patrão.<sup>8</sup>

Apesar de considerar o excedente mensurável pelo valor de troca, avanço de Smith frente aos fisiocratas, este aponta os serviços como atividade improdutiva devido ao seu resultado, ou seja, por cessar de existir ao término da execução. Porém, a definição de trabalho produtivo como aquele que “acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado”, na qual o valor a ser aplicado deve resultar em um objeto, não é a única definição de Smith. Na citação seguinte, Smith define trabalho produtivo e improdutivo por sua relação com o capital, e o seu resultado deixa de ser determinante:

A parte da produção anual da terra e do trabalho de qualquer país que repõe capital, nunca é imediatamente empregada para outra finalidade que não seja de pessoas produtivas. Essa parte paga exclusivamente salários do trabalho produtivo. A parte que se destina imediatamente a constituir renda, como lucro ou como renda da terra, pode ser empregada para manter, indiferentemente, pessoas produtivas ou pessoas improdutivas. Toda parcela do estoque que um proprietário emprega como capital, ele sempre espera que lhe seja reposta com lucro. [...] Toda vez que ele empregar qualquer parte do mesmo para manter pessoas improdutivas de qualquer espécie, esta parte, a partir desse momento, é retirada de seu capital e colocada em seu estoque reservado para consumo imediato. Os trabalhadores improdutivos, e os que não trabalham, são todos mantidos por uma renda [...]. (SMITH, 1983, p. 286-87)

Aqui Smith define trabalhadores produtivos como aqueles cujo trabalho é trocado por capital, ou seja, pela parte do produto anual destinado a repor capital e criar o lucro, enquanto o trabalho improdutivo seria trocado pela renda que se destina ao consumo imediato. Com base nessa definição poder-se-ia considerar que qualquer trabalho que se destine a repor capital e produzir lucro é trabalho produtivo, mesmo se o resultado não for separável do ato de produção. Diante dessa definição questionamos o que teria levado Smith a definir o trabalho produtivo como aquele que se

---

<sup>8</sup> Não nos cabe aqui discorrer sobre as contradições de Adam Smith frente às suas duas teorias do valor trabalho: a do trabalho incorporado e a do trabalho comandado, distinção e contradição que se dão basicamente pela manutenção da igualdade de salário e valor do trabalho e deste último com o valor do produto do trabalho, verdadeira apenas para uma sociedade de produtores independentes e não para a sociedade capitalista. Com a distinção entre valor do trabalho e valor da força de trabalho (salário) feita por Marx, essa contradição se resolve. Nossas considerações a esse respeito tomaram por base as contribuições de Marx (1980, 1988), Belluzzo (1998) e Ricardo (1982).

materializa em um objeto. Essa resposta aponta para dois sentidos: a) para uma contradição de Smith relacionada à “durabilidade” e “materialidade” da riqueza; e b) à sua percepção do que Marx considera como uma “tendência” do desenvolvimento da própria produção capitalista. O primeiro aspecto dessa contradição pode ser encontrado na hierarquia criada por Smith entre produtos duráveis e não duráveis, através da qual os primeiros poderiam ser acumulados e com isso minimizariam os gastos do dia seguinte, enquanto os segundos não:

A renda de um indivíduo pode ser gasta em coisas consumidas de imediato – caso em que a despesa de um dia não pode aliviar nem sustentar a de outro – ou em coisas de maior durabilidade, as quais podem ser acumuladas – caso em que o gasto de cada dia pode, a seu critério, aliviar ou sustentar e aumentar o efeito do gasto do dia seguinte. [...] Se duas pessoas de igual riqueza fossem gastar suas rendas, uma, sobretudo, da primeira forma indicada, a outra, da segunda, veríamos que a magnificência da pessoa que gastou sobretudo em mercadorias duráveis aumentaria continuamente, já que a despesa de cada dia contribuiria em algo para sustentar e aumentar o efeito da despesa do dia seguinte; ao contrário, a magnificência da outra não seria maior no fim do período do que no início. (SMITH, 1983, p. 297)

Marx, ao citar essa passagem, afirma que: “[...] é inegável que aí A. Smith retroage a idéia mercantilista da ‘durabilidade’, da efetiva qualidade inconsumível” (MARX, 1980, p. 153).<sup>9</sup> Ora, segundo o próprio Smith “não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo [...]” (SMITH, 1983, p. 63), e em seu conceito de riqueza, somente o comando do trabalho pode garantir o poder que a fortuna propicia a um indivíduo. O segundo aspecto dessa contradição está na definição de trabalho produtivo como aquele que “[...] realiza-se em um objeto específico ou mercadoria vendável, a qual perdura, no mínimo, algum tempo depois de encerrado o trabalho” (SMITH, 1983, p. 285). Essa definição remonta a idéia de produto líquido, pois o que é “vendável” após a produção é o que não foi consumido por ela e pelos trabalhadores que executam o processo produtivo. Mas ao se considerar valor de troca, o que está em questão é um valor que não é mensurável em objetos, mas em tempo de trabalho. Nesta definição de Smith podemos encontrar uma contradição, pois após ter avançado em relação aos fisiocratas ao considerar o valor de troca, retrocede (também) à concepção fisiocrata ao apontar características concretas do produto resultante do trabalho, ou seja, do valor de uso produzido, como determinante do trabalho que produz ou não valor. No entanto, Marx (1980, p. 140) nos mostra que uma tendência objetiva pode ter levado Smith a essa “concepção errônea” de trabalho produtivo. Observa Marx que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista existe uma tendência de que toda a produção material seja realizada pelo trabalho produtivo, o qual se destina a

---

<sup>9</sup> O fato de o indivíduo gastar sua renda na compra de objetos duráveis e com isso enriquecer, não pode se relacionar com o valor do produto. Para sermos mais claros, pela própria teoria do valor-trabalho de Smith, a durabilidade de uma mercadoria não pode ser considerada como determinante do valor, a menos que necessite de maior quantidade de trabalho para ser produzida. Então não é essa a questão. Mas a idéia de durabilidade como essencial para acumulação e aumento da riqueza pode ser reconhecida nos Mercantilistas ao tratarem de metais preciosos como representação da riqueza, e um dos motivos para isso é que estes metais podiam ser acumulados.

repor capital e produzir o lucro do patrão, como diz Smith, enquanto apenas atividades de serviços pessoais (criados, médicos, professores) restariam fora do jugo do capital, sendo então fruto do trabalho improdutivo.

Em suas elaborações Marx partirá das definições acertadas de Smith acerca de trabalho produtivo e improdutivo. São definições acertadas de Smith: a) a de que o trabalho produtivo é aquele que produz um excedente para o patrão (concepção herdada dos fisiocratas); e b) a de que trabalho produtivo é aquele que se troca por capital e não por renda. Marx explicita sua posição de concordância com essas definições nas *Teorias da mais-valia*. Dentre elas citamos apenas o seguinte trecho:

[...] A. Smith penetrou no âmago da questão, acertou na mosca, e um dos seus maiores méritos científicos [...] é o de ter definido o trabalho produtivo como trabalho *que se troca de imediato por capital* – troca em que as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, antes de tudo se transformam em capital (e o trabalho em trabalho assalariado na acepção científica). (MARX, 1980, p. 137)

Aqui Marx reconhece que Smith acertou ao definir trabalho produtivo como aquele que “se troca de imediato por capital”, pois somente é capital o valor utilizado para se valorizar, pois todos os valores que servirem para o consumo imediato de seu detentor se resumem à renda. Apesar de utilizar-se dessas definições para suas conclusões, Marx irá avançar em relação à Economia Política ao demonstrar o processo de valorização que ocorre durante o processo de trabalho na produção de mercadorias. O processo de valorização é possível, pois, ao comprar a força de trabalho do trabalhador, o capitalista a compra pelo seu valor de troca (salário), que corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência indispensáveis ao seu portador. Porém, o que o capitalista utilizará é o valor de uso dessa força de trabalho, a qual, pertencendo ao capitalista como qualquer outra mercadoria comprada, poderá ser utilizada como seu “dono” determinar, e neste caso, em tempo de trabalho superior ao tempo de trabalho necessário para reproduzi-la. Esse tempo de trabalho excedente é a mais-valia, apropriada pelo capitalista. A produção de mais-valia torna-se assim fundamento para a definição de trabalho produtivo:

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida por salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. (MARX, 1980, p. 132)

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1984, p. 105)

Marx revela, assim, o que seus antecessores não conseguiram resolver, ou seja, a essência do modo de produção capitalista, o qual se baseia na expropriação de mais-valia que, por sua vez,

corresponde à diferença entre a remuneração do trabalhador (valor da força de trabalho e não valor do trabalho) e o valor produzido pelo trabalhador. Trabalho produtivo é trabalho que reproduz valor e produz mais-valia, independente de seu resultado material.

Quanto às atividades de serviços, a definição: “[...] serviço não é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa mas como atividade”, não se contrapõe à definição de serviços de Smith. Mas, como vimos, o objetivo do capital, segundo Marx, é a valorização do valor através do processo de produção capitalista (D-M-D’). Diante dessa lógica capitalista, várias atividades dos serviços são atividades produtivas no processo de produção imediato, uma vez que o que define o trabalhador como produtivo ou improdutivo não é o processo de trabalho ao qual se submete, mas se ele participa ou não do processo de valorização do capital. Existem, porém, diferenças entre o trabalho dentro de uma fábrica capitalista e os serviços. O primeiro utiliza a força de trabalho assalariada e produz mercadorias que existem separadamente do ato de produção, ou seja, cujo resultado é material, já nos serviços o produto pode existir de duas maneiras: “1) O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor [...] por exemplo, livros, quadros, todos os produtos artísticos que existem separadamente da atividade artística do seu criador e executante [...]. 2) O produto não é separável do ato de produção” (MARX, 1985, p. 119-20). Não é, no entanto, o resultado separável ou não do ato de produção o que determina a diferença entre o trabalho produtivo e improdutivo. A diferença fundamental consiste na finalidade de sua troca por dinheiro: se é por dinheiro apenas como dinheiro (rendimento), o que é vendido é o valor de uso do trabalho; se é por dinheiro como capital, o que o trabalhador vende é sua força de trabalho, que irá valorizar capital: “A diferença entre o trabalho produtivo e o improdutivo consiste apenas em que, em si, o trabalho é trocado por dinheiro como dinheiro e em dinheiro como capital” (MARX, 1985, p. 119). Para ilustrar esse fato, Marx nos dá alguns exemplos, como nos mostra a citação:

Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica conhecimento é um trabalhador produtivo. (MARX, 1985, p. 115)

Como percebemos, pela citação, essa definição para trabalho produtivo e improdutivo é elaborada por Marx a partir da segunda definição acertada de Smith, ou seja, a de que trabalho produtivo se troca por capital enquanto trabalho improdutivo se troca por renda. Mas mesmo no processo de produção imediata, essa atividade apresenta limites à sua utilização capitalista, como aponta Marx ao tratar da aplicação da produção capitalista aos serviços em suas duas formas, já citadas:

1) O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor [...]. **A produção capitalista só se pode aplicar aqui de maneira muito limitada.** [...] 2) O produto não é separável do ato de produção. **Também aqui o modo de produção capitalista só tem lugar de maneira limitada,** e só pode tê-lo, devido à natureza da coisa, em algumas esferas. (grifo nosso) (MARX, 1985, p. 119-20)

Após apontar a existência desses limites, Marx segue o texto sem explicitar que limites seriam esses. Na busca de uma explicação nos parece frutífero abordar a questão das formas de subsunção do trabalho ao capital, pois Marx aponta uma diferença entre o trabalho imediato na atividade fabril e o trabalho nos serviços ao tratar das idéias de subsunção real e formal. Ao contrário do trabalho na fábrica, os serviços só seriam subsumidos formalmente pelo capital: “[...] a maior parte destes trabalhadores [dos serviços], do ponto de vista da forma, apenas se submetem formalmente ao capital [...]” (MARX, 1985, p. 115).

## ***2. Subsunção Real e Formal no Processo Produtivo***

A subsunção formal do trabalho ao capital existe a partir do momento em que se inicia a produção capitalista, ou seja, quando um capitalista, detentor dos meios de produção, coloca sob sua direção trabalhadores que a ele venderam sua força de trabalho, a qual o capitalista utilizará para valorizar o seu capital:

O essencial na subsunção formal é o seguinte: 1) A relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretabalho e o que o fornece [...]. É apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência econômica; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação. 2) O que é inerente à primeira relação – caso contrário o operário não teria que vender a sua capacidade de trabalho – é que as suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo aquisidor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõem como capital. [...] O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital. (MARX, 1985, p. 94-95)

Por essa citação entendemos que uma relação de subsunção significa não apenas uma relação de subordinação, mas também uma relação de dependência do trabalhador frente ao capital devido às suas necessidades de subsistência. Esse tipo de relação se diferencia das relações anteriores, como no feudalismo, pois o capitalista subjuga o trabalhador não como um ser humano subjugando outro por poder político ou por tirania, mas utiliza o produto do trabalhador – seus meios de produção e de subsistência – para confrontá-lo. É uma relação de coisas e não de homens. Nas palavras de Marx (1980, p. 385): “[...] essa relação já é uma perversão, personificação da coisa, e coisificação da pessoa”.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Trata-se claramente aqui do fenômeno da reificação, que como considera Netto (1981, p. 61) é a: “[...] alienação típica engendrada pelo capitalismo [...]”.



O processo de trabalho apesar de se subsumir ao capital só o faz formalmente, uma vez que essa subsunção é fruto de uma modificação na forma social, que se torna capitalista, mas o processo material de produção não se modifica. Apesar do produto do trabalho enfrentar o trabalhador como algo que lhe é estranho, com o processo de trabalho não se dá o mesmo. O processo de trabalho depende do trabalhador, de suas habilidades: “a execução continua artesanal e, portanto, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo do seu instrumento” (MARX, 1988, p. 256). Como nos indica Marx no trecho citado: o capitalista não exerce nenhum domínio sobre o processo de trabalho, o qual depende inteiramente do saber do operário. Essa dependência se torna um obstáculo para o modo de produção capitalista, e este obstáculo é elucidado por Andrew Ure, citado por Marx: “‘A fraqueza da natureza humana’, exclama o amigo Ure, ‘é tão grande que quanto mais hábil for o trabalhador, tanto mais ele se torna voluntarioso e mais difícil de ser tratado e, por conseguinte, causa grande dano ao mecanismo global, por meio de seus caprichos tolos’” (MARX, 1988, p. 275). Sem alterar materialmente o processo de trabalho a única forma de aumentar a grandeza da extração de mais-valia é prolongando a jornada de trabalho, ou seja, apenas se pode extrair mais-valia absoluta, a qual se relaciona diretamente com a subsunção formal do trabalho ao capital:

Com base num modo de trabalho preexistente, ou seja, num desenvolvimento *dado* da força produtiva do trabalho e do modo de trabalho correspondente ao desenvolvimento dessa força produtiva [...] só se pode produzir mais-valia recorrendo ao *prolongamento do tempo de trabalho*, quer dizer, sob a forma de *mais-valia absoluta*. A esta modalidade, como forma única de produzir mais-valia, corresponde pois a *subsunção formal do trabalho ao capital*. (MARX, 1985, p. 90)

Enquanto não se modifica a natureza do processo de trabalho, o saber do operário e a estreita base técnica artesanal permanecem como uma barreira ao aumento de produtividade, logo, à extração de mais-valia. É apenas com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista que surge a subsunção real do trabalho ao capital. Apenas quando o processo de trabalho subsumido ao capital alterar-se em seu conteúdo, tornando a subsunção real, é que se desenvolverão as forças produtivas do trabalho social, que aí se desenvolvem enquanto forças produtivas do capital, pois só se realizam enquanto a ele subsumidas. Com o desenvolvimento das forças produtivas do capital obtém-se a extração de mais-valia relativa: “A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário da absoluta” (MARX, 1985, p. 104).

Da definição da subsunção real associada à produção de mais-valia relativa partimos para uma definição mais precisa, a da subsunção real plenamente desenvolvida, que se realiza quando as formas de trabalho também enfrentam o trabalhador como coisa e dele não mais dependem, nesse

momento o capital tem todo o domínio sobre o processo de produção, o modo de produção especificamente capitalista encontra aí sua forma adequada:

Na subsunção real ao capital [...] desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo de produção capitalista, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho. (MARX, 1985, p. 105)

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social na forma, que subsumidas ao capital tornam-se forças produtivas do capital, na forma de maquinaria, rompe com os limites impostos à extração de mais-valia relativa, possibilitando a subsunção real do trabalho ao capital de forma plenamente desenvolvida. Esse processo torna-se possível quando o capital modifica não só a organização do elemento subjetivo do processo produtivo, a força de trabalho, mas também o elemento objetivo, os meios de produção. Neste momento, o ritmo e escala de produção são ditados pelo segundo e não mais pelo trabalho vivo.

Para entendermos a subsunção como um limite para a utilização capitalista dos serviços, devemos entender como a subsunção se manifesta nas diferentes formas de trabalho social. Karl Marx em *O Capital* explicita três formas distintas de trabalho social, a saber: cooperação simples, manufatura e grande indústria. Aqui apontaremos as características que nos permitam especificar qual forma de subsunção se apresenta em cada uma delas.

No processo de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista a forma técnica de trabalho para a produção de objetos úteis era o artesanato. O artesão era dono de seus meios de produção, sua atividade era qualificada, qualificação do tipo *skill*<sup>11</sup>, e seu envolvimento e interesse pelo trabalho eram tais, a ponto de lhe “[...] despertar um certo senso artístico [...]”, como nos afirmam Marx e Engels (1991, p. 121). Nessa forma de trabalho pré-capitalista, o artesão tinha total domínio sobre o processo de trabalho e sobre o produto do trabalho. Como forma de trabalho social que inaugura a produção capitalista surge a cooperação simples<sup>12</sup>, produção em maior escala, sob domínio de um capitalista, o qual reúne num mesmo local diversos trabalhadores que irão produzir um mesmo produto, cada qual o confeccionando individualmente. Como forma de trabalho capitalista, temos que o domínio dos meios de produção e do produto do

---

<sup>11</sup> Por *skill* entendemos: “[...] um conjunto de experiências exercitadas, que pode envolver não apenas a aquisição de conhecimento, mas também um grau maior ou menor de aptidão natural e regras implícitas de operação. *Skills* são adquiridos individualmente e envolvem a combinação de aprendizagem abstrata, aptidão e experiência [...]” como define Kaplinsky *apud* Moraes Neto (2003, p. 47).

<sup>12</sup> Cabe ressaltar que a cooperação simples, diferentemente da manufatura e da grande indústria “[...] não constitui nenhuma forma característica fixa de uma época particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista. No máximo, aparece aproximadamente assim nos inícios ainda artesanais da manufatura [...]” (MARX, 1988, p. 253).

trabalho não pertence ao trabalhador, sendo assim, podemos definir a cooperação simples como uma forma de trabalho social na qual o trabalho é subsumido, ao menos, formalmente pelo capital.

Ao analisarmos a forma técnica que caracteriza a cooperação simples, percebemos que cada trabalhador continua executando todo o processo de trabalho, assim como o fazia no artesanato. Ou seja, ele tem pleno domínio sobre o processo de trabalho, mesmo não sendo o dono dos meios de produção ou do produto de seu trabalho. Como diz Marx (1988, p. 244): “a oficina do mestre-artesão é apenas ampliada”. Na cooperação simples a alteração imposta ao processo de trabalho subsumido ao capital se restringe à forma, pois o conteúdo do processo de trabalho não se alterou. Concluímos, assim, que na cooperação simples a subsunção é apenas formal e não real, uma vez que o processo de trabalho continua sob domínio das habilidades do trabalhador, não tendo sofrido nenhuma modificação em seu conteúdo possibilitando apenas a extração de mais-valia absoluta.<sup>13</sup>

Na manufatura o processo de trabalho sofrerá sua primeira transformação. A manufatura se caracteriza como um processo de cooperação, mas não mais de cooperação simples – na qual cada trabalhador executa todo o processo produtivo e todos executam a mesma atividade. Na manufatura a atividade antes executada apenas por um trabalhador é agora parcelada, ou seja, o trabalho artesanal é decomposto em diversas operações parciais<sup>14</sup>, cada qual será então executada por um trabalhador diferente. Essas operações variam das mais simples, como a de cortar o arame na manufatura de alfinetes descrita por Smith, às mais complexas, as quais ainda exigem *skill*. Essa diferença na complexidade dos trabalhos na manufatura cria uma hierarquia entre os trabalhadores, pois abre a produção para trabalhadores desqualificados, inexistentes no artesanato, esse trabalhador é o trabalhador simples (peão), ao qual se contrapõe o trabalhador qualificado (artífice). Através da divisão manufatureira do trabalho eleva-se a força produtiva do trabalho social, sob ação direta das modificações postas por sua subsunção ao modo de produção capitalista. Esse aumento de produtividade permite ao capital extrair mais-valia sob a forma relativa, ou seja, diminuindo o valor da força de trabalho, valorização intensiva que mais diretamente atende aos objetivos de valorização

---

<sup>13</sup> Apesar de a forma técnica continuar artesanal, existem ganhos de produtividade significativos sob a forma da cooperação simples, os quais Marx caracteriza pertencerem a forma de cooperação em geral (ou seja, trabalhadores trabalhando lado a lado na confecção do mesmo produto, ou produtos diferentes). Esse aumento das forças produtivas sociais do trabalho não é impulsionado diretamente pela forma capitalista, mas antes pelas características da cooperação enquanto processo de trabalho, forças essas que são incorporadas pelo capital e se transpõem a todas as outras formas de cooperação (como na manufatura, por exemplo). Marx esclarece: “Se, conforme o caso, ela [a cooperação simples] obtém essa força produtiva mais elevada por aumentar a potência das forças mecânicas do trabalho, ou por estender sua escala espacial de ação, ou por estreitar o campo espacial de produção em relação à escala da produção, ou por mobilizar no momento crítico muito trabalho em pouco tempo, ou por provocar a emulação entre os indivíduos e excitar seus espíritos vitais, ou por imprimir às operações semelhantes o cunho da continuidade e da multiplicidade, ou por executar diversas operações ao mesmo tempo, ou por economizar os meios de produção mediante seu uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela decorre da própria cooperação” (MARX, 1988, p. 249)

<sup>14</sup> Operações parciais que inicialmente já faziam parte de uma “divisão íntima” do trabalho do artesão, o qual executava uma tarefa por vez na confecção do produto, porém executando todas.

do capital. Esse aumento das forças produtivas do trabalho social manifesta-se na manufatura em vários aspectos: a) aumento da destreza do trabalhador: como cada trabalhador executa somente uma tarefa, essa tarefa passa a ser executada mais rapidamente; b) diminuição dos tempos desperdiçados: os poros de produção que existiam, devido ao tempo utilizado pelo trabalhador para trocar de ferramenta e objeto de trabalho, se reduzem; c) aperfeiçoamento das ferramentas: cada qual agora especializada para uma função. As vantagens da manufatura frente à cooperação simples, que não se resumem apenas aos ganhos de produtividade, decorrem de uma modificação no conteúdo do processo de trabalho, modificação imposta pela subsunção do processo de trabalho ao capital. Essa modificação na organização do processo de trabalho torna a divisão manufatureira um processo de trabalho pertencente ao modo de produção especificamente capitalista:

A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção, portanto determinada organização do trabalho social, e desenvolve isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social do trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo de produção social – e sob as bases preexistentes ela não podia desenvolver-se de outra forma, a não ser na capitalista – é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital – o que se denomina riqueza social, *Wealth of Nations* etc. – à custa dos trabalhadores. (MARX, 1988, p. 273)

Na divisão manufatureira do trabalho, que permite a extração de mais-valia relativa, tem-se a subsunção real do trabalho ao capital. No entanto, todas as modificações do processo de trabalho incidem sobre a organização do trabalho, sobre o elemento subjetivo da produção: o trabalho vivo. A produção de mais-valia relativa esbarra em barreiras impostas pela manufatura. Sinteticamente os limites da manufatura são: 1) limite na decomposição do trabalho, principal elemento em seu aumento de produtividade; 2) Barreira orgânica, pois o homem é “um instrumento muito imperfeito de produção de movimento uniforme e contínuo” (MARX, 1984, p. 10); 3) problema do transporte, pois os trabalhadores são distribuídos de forma isolada, e a matéria-prima tem de correr de mão-em-mão; 4) Os artífices permanecem trabalhadores qualificados, e seu “saber” permanece uma barreira ao aumento de produtividade. Esses limites se impõem principalmente devido à base técnica sobre a qual a manufatura se coloca, a base técnica artesanal:

[...] antes de mais nada, a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução continua artesanal e portanto dependente da forma, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base. Essa estreita base técnica exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo produto tem que poder ser realizado como trabalho parcial artesanal. (MARX, 1988, p. 255-56)

Na citação, Marx nos coloca que a atividade manufatureira mantém como base a atividade artesanal, mesmo que decomposta. Não houve nenhum revolucionamento que alterasse objetivamente as bases do processo produtivo, embora sua forma e a organização do elemento subjetivo tenha se modificado. Porém, na manufatura desenvolve-se a especialização das ferramentas. Este é o pressuposto para o surgimento da maquinaria. Com as ferramentas especializadas, ligadas a um mecanismo automático, surge o princípio da máquina, a qual como produto do trabalho social, através de princípios científicos e naturais, retirará do trabalhador o domínio sobre o processo de trabalho, tornando-o estranho aos seus olhos.

[...] [Na] máquina-ferramenta ou máquina de trabalho propriamente dita [...] reaparecem [...] os aparelhos e ferramentas com que o artesão e o trabalhador da manufatura trabalham, não como ferramentas do homem, porém agora como ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas. [...] A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com todas as suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes. (MARX, 1984, p. 8-9)

Com o desenvolvimento da maquinaria, o trabalhador perde cada vez mais o domínio do processo produtivo. O processo produtivo, por sua vez, quando várias máquinas se articulam num sistema de máquinas formando um verdadeiro “autômato” (MARX, 1978), através do qual a matéria-prima se transforma no produto útil à vida, torna-se independente do trabalho vivo imediato. Agora o homem, até então elemento subjetivo, passa a ser um elemento supérfluo. Com a grande indústria, cuja base técnica é a maquinaria, podemos dizer que o modo de produção especificamente capitalista atingiu sua configuração mais adequada. A subsunção real do trabalho ao capital se coloca de forma evidente, e a maquinaria põe-se como a forma por excelência da produção da mais-valia relativa. Marx explicita:

Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na [cooperação] especializada pela divisão do trabalho [na manufatura], a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria [...] só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho, torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho. (MARX, 1984, p. 17)

A maquinaria altera substancialmente o processo produtivo, acentuando o processo de subsunção real do trabalho ao capital. Não só o produto do trabalho tornou-se algo estranho ao trabalhador, mas o mesmo ocorreu com o próprio processo de trabalho, o qual, agora, o enfrenta como “coisa”, como algo que lhe é estranho e independente dele. O processo de trabalho é transformado objetiva e subjetivamente pelo modo de produção capitalista, transformam-se a forma

e o conteúdo. O processo de trabalho torna-se imediatamente social, e há a aplicação consciente da ciência, de forma que o processo produtivo perde seu caráter empírico, e tudo isso é determinado pelo meio de produção, elemento objetivo, de forma que o papel da coerção do capital sobre o trabalho, típico das formas de extração de mais-valia absoluta cede lugar ao controle objetivo.

As considerações aqui apresentadas referem-se ao processo de trabalho no século XIX, portanto, antes de prosseguirmos na análise das formas de subsunção dos serviços, fazemos aqui uma breve consideração sobre as formas de subsunção presentes no taylorismo, fordismo e ohnoísmo. No século XX, os princípios da maquinaria já estavam postos. Em alguns setores estes princípios já se aplicavam, principalmente através da automação de base técnica eletromecânica (indústria têxtil) e na indústria de processo (química e siderúrgica). Porém, uma indústria de grande importância para a dinâmica de acumulação do capital, a metal-mecânica, manteve o homem – “[...] um instrumento muito imperfeito de produção de movimento uniforme e contínuo” (MARX, 1984, p. 10) – como centro da produção imediata.

Na indústria metal-mecânica do início do século XX, nos EUA, os problemas apontados por Marx quanto à dependência do capital frente ao “saber” do operário estavam colocados. Taylor, um torneiro mecânico da Midvale Steel Works, promovido a gerente, propôs uma solução para diminuir a dependência do capital em relação ao trabalho. Taylor sabia que os operários, conscientes da ignorância dos capitalistas frente ao processo produtivo, produziam através do marca-passo sistemático, reduzindo o ritmo de produção a até um terço de sua capacidade (BRAVERMAN, 1977). Mas a proposta para solução de Taylor não caminhou no sentido do desenvolvimento de uma forma técnica adequada ao capital, ou seja, a substituição dos operários por máquinas, mas sim a introdução de uma “gerência científica”. Seu intuito era o de retirar a autonomia do trabalhador em relação ao processo de trabalho, controlando todos os seus tempos e movimentos. Mesmo conseguindo aumentar o ritmo da produção e retirar a autonomia do trabalhador, o taylorismo esbarrou num limite muito claro, os mesmos limites apontados por Marx referentes à utilização do trabalho vivo, o capital esbarra novamente na barreira orgânica, fato já superado historicamente na passagem da manufatura para a maquinaria.<sup>15</sup> O taylorismo encontra-se, assim, como processo de trabalho subsumido realmente ao capital, mas sem que a produção de mais-valia relativa se dê em sua forma mais adequada, através da introdução da maquinaria. A solução taylorista apresenta-se como solução “atrasada”, pois ao invés de introduzir a maquinaria, buscou “objetivar o fator

---

<sup>15</sup> Moraes Neto (2003) esclarece-nos quanto à solução de Taylor: “[...] em vez de se retirar a ferramenta das mãos do trabalhador e colocá-la em um mecanismo, ocorre o contrário: mantém-se a ferramenta nas mãos do trabalhador e vai-se, isto sim, dizer a ele como deve utilizar essa ferramenta; ou seja, ao mesmo tempo que se mantém o trabalho vivo como base do processo de trabalho, retira-se toda e qualquer autonomia do trabalhador que está utilizando a ferramenta. Essa é a idéia do taylorismo: é o controle de todos os passos do trabalho vivo, controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador, claro que de forma necessariamente despótica. Em poucas palavras, a transformação do homem em máquina, e não a utilização da máquina. Liberta-se o capital da habilidade dos trabalhadores, só que, em vez de fazê-lo introduzindo a máquina, busca-se objetivar o fator subjetivo, o trabalho vivo” (p. 21).

subjetivo, o trabalho vivo”. O taylorismo se põe, assim, não como aplicação da maquinaria, mas como desenvolvimento da manufatura. Como defende Moraes Neto, o taylorismo é uma “reinvenção da manufatura”, reinvenção que fica mais evidente quando analisamos o fordismo, um desdobramento do taylorismo.

Henry Ford aplica a gerência científica para a produção de carros no início do século XX, criando a linha de montagem, na qual o objeto de trabalho se move sobre uma esteira. Com os trabalhadores fixados em determinado ponto, o objeto de trabalho é levado pela esteira de um trabalhador a outro, e com o objeto a sua frente o trabalhador executa a tarefa que lhe cabe, a qual se resume, muitas vezes, a um único movimento. Cada trabalhador fornece ao trabalhador seguinte sua matéria-prima. A introdução da esteira resolveu um problema da manufatura: o problema do transporte. Para Marx a solução desse limite é a aplicação da maquinaria, mas a solução de Ford foi a introdução da esteira, a qual não responde ao princípio da maquinaria. Moraes Neto esclarece que:

[...] com a introdução da maquinaria, o trabalho vivo submete-se ao trabalho morto, e a qualidade e o ritmo do processo deslocam-se do trabalho humano para a máquina, o que ocorre com a introdução da linha de montagem é bastante diferente. [...] parece que o caminho da esteira, a intensidade do seu trabalho, é alguma coisa imanente à própria esteira, brota da materialidade da esteira; mas não é, pois o ritmo do processo de trabalho não é propriedade técnica da esteira, mas sim algo a ser posto em discussão a cada momento pelo trabalhador coletivo. O ritmo do processo de trabalho, neste caso, e sempre quando o trabalho vivo permanece a base do processo, é determinado empiricamente, por contratação coletiva, por “queda-de-braço”. (MORAES NETO, 2003, p. 21-22)

Como vemos a aplicação da ciência, no caso da esteira, se resume a adaptar o processo produtivo ao ritmo do trabalhador. Para Ford, o aumento de produtividade surge numa relação direta com o parcelamento das atividades, recolocando, na fase monopolista do capital, o que Smith havia afirmado com relação à manufatura: aumento da eficiência produtiva em decorrência da divisão manufatureira do trabalho. Assim como na manufatura, no fordismo “a maquinaria específica [...] permanece o próprio trabalhador coletivo, combinação de muitos trabalhadores parciais”. Moraes Neto (2003, p. 22) conclui: “o fordismo, a linha de montagem, é um desenvolvimento da manufatura e não da maquinaria”. Apesar de solução atrasada frente à introdução da maquinaria, o fordismo possibilitou a produção em massa de produtos que exigiam o processo de montagem, predominantemente bens de consumo duráveis. Além da esteira, o aumento das forças produtivas foi impulsionado pela padronização do modelo de automóvel produzido – o Ford Modelo T –, padronizando a usinagem das peças e facilitando a especialização (desqualificação) do trabalho. Esse desenvolvimento das forças produtivas, decorrente da subsunção dessa atividade ao processo de valorização do capital possibilitou ao fordismo um importante papel na acumulação do capital no século XX, através da produção de mais-valia relativa, sem, no

entanto, o caracterizar como forma adequada ao processo de produção capitalista, impondo limites a extração de mais-valia relativa.

Para concluir essa rápida análise das formas de subsunção presentes no processo de trabalho no século XX, resta-nos tratar do ohnoísmo. O ohnoísmo, ou toyotismo, surgiu no Japão, nas décadas 1950-60, como alternativa ao taylorismo/fordismo, que não pôde atender o mercado e as necessidades desse país. Após a Segunda Guerra Mundial, a produção japonesa era segmentada e flexível, ou seja, não se produzia em massa. O desafio de Taiichi Ohno, engenheiro da Toyota, era produzir com baixo custo – o que só seria possível com a produção em massa – mas de forma flexível, ou seja, produzir produtos diferenciados (CORIAT, 1994). Assim como Ford e Taylor, a solução de Ohno não se baseou na substituição do trabalho vivo por maquinaria, mas numa outra forma organizacional, também lastreada em trabalho vivo (MORAES NETO, 2003).

O ohnoísmo se baseia em dois princípios: o *just-in-time* e a “auto-ativação”, ambos interligados. A primeira diferença entre o fordismo e o ohnoísmo está no planejamento da produção, a qual deriva do *just-in-time*. No fordismo a produção era planejada de montante a jusante, e no ohnoísmo isso se inverte, ou seja, se ajusta a oferta à demanda. Devido, em partes, à restrição de recursos, essa solução ohnoista torna-se sinônimo de eficiência. A partir dela, todo e qualquer problema que surgisse na produção deveria ser detectado e sanado, interrompendo-se a produção. Com isso, diferentemente do fordismo que contava com estoques amortecedores, o ohnoísmo mantinha o princípio do “estoque zero”. Para que esse resultado fosse possível era necessário um grande controle de qualidade e aperfeiçoamentos contínuos no processo produtivo. Essas duas necessidades demandavam uma maior participação e autonomia do trabalhador, e é isso o que determina o princípio da “auto-ativação”, que como especifica Moraes Neto (2003, p. 104): “[...] se caracteriza fundamentalmente pelo controle autônomo de defeitos por parte dos trabalhadores”. A auto-ativação não significa uma maior qualificação do trabalhador, mas indica que no processo ohnoista, assim como no fordismo, a eficiência do processo produtivo se baseia no trabalho vivo.

Outra diferença entre fordismo e ohnoísmo se dá em função da necessidade deste último em produzir produtos diferenciados. No fordismo todo processo de usinagem, ou seja, fabricação de peças, se dá na relação “um homem” *versus* “uma máquina”<sup>16</sup>, já no ohnoísmo cada trabalhador torna-se “multifuncional”: o operador polivalente deve operar várias máquinas.<sup>17</sup> O ohnoísmo possibilitou a produção em massa de produtos diferenciados, sem, no entanto, inserir no processo

---

<sup>16</sup> Não se trata da máquina que responde aos princípios colocados por Marx, a qual prescinde da habilidade e movimento do trabalhador.

<sup>17</sup> Aqui não se tem uma maior qualificação do trabalhador, mas como coloca Moraes Neto: “Através da operação simultânea de várias máquinas, dotadas de um grau relativamente baixo de automação, de uma forma consistente com a produção em massa, ou seja, realizando tarefas desprovidas de conteúdo, chegamos a interessantíssima criação ohnoista do “trabalhador polivalente-desqualificado”, reflexo do fato de que a produção em massa lastreada no trabalho vivo prescinde amplamente de qualificação” (2003, p. 105).



produtivo a maquinaria, forma adequada de extração de mais-valia relativa, caracterizando a subsunção real plenamente desenvolvida.

A aplicação da maquinaria na indústria metal-mecânica e de montagem foi possível com o desenvolvimento da base técnica microeletrônica, possibilitando automação e flexibilidade na produção em massa. Esse processo se efetivou na década de 1980, com a difusão da Máquina-Ferramenta de Controle Numérico (MFCN), que possibilitou a automação flexível na usinagem.<sup>18</sup> Já na montagem a criação do robô possibilitou que uma máquina executasse movimentos antes possíveis apenas para a mão humana. Dessa forma, apenas no final do século XX, surgiu a possibilidade do ingresso da metal-mecânica na grande indústria, cuja base técnica é a maquinaria, como já o eram a indústria de processo e a indústria têxtil, possibilitando, ainda que como tendência, o desenvolvimento pleno da subsunção real ao capital.<sup>19</sup>

### ***3. O limite da subsunção da atividade de serviços ao capital***

Como vimos, existe uma forma de trabalho humano que normalmente não cria valores de uso que se materializam em um objeto, mas são úteis apenas como atividade, ou seja, sua utilidade cessa de existir quando o trabalho termina – dentre elas temos o trabalho do médico, do professor, do escriturário, do militar, do artista. Essas atividades são chamadas de serviços. Os serviços são atividades que envolvem, em sua grande maioria, atributos imanentemente humanos, como é o caso do saber do médico e do professor, da criatividade do *designer*, entre outros. Temos então, que grande parte dos serviços se caracteriza pela qualificação do trabalhador, a qual, na maioria das vezes, torna-se imprescindível à execução da atividade e, como pretendemos demonstrar, tornam-se um limite, ainda que não absoluto, para a subsunção real dessas atividades ao capital.

Com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, a introdução da maquinaria diminui a proporção de trabalho vivo frente ao trabalho morto nas fábricas capitalistas.

---

<sup>18</sup> Na década de 1950, a máquina *transfer* possibilitou a automação na usinagem de peças. No entanto cada máquina restringia sua produção a determinado número de peças, no caso, a produção era rígida e não flexível. (MORAES NETO, 2003)

<sup>19</sup> As interpretações acerca do processo de trabalho no século XX são distintas, dessas destacamos duas: a) as análises que consideram o taylorismo/fordismo como manifestação da grande indústria, desenvolvida por Marx em O capital, e tomam o toyotismo como um momento de requalificação do trabalhador, que supera o fordismo, e traz consigo a automação de base microeletrônica. Nestas análises destacamos: Benjamin Coriat (1985, 1994) e Ricardo Antunes (2000 e 2002); b) a análise que considera o taylorismo/fordismo como solução atrasada frente à grande indústria de Marx, pois se desenvolve como uma espécie de “reinvenção da manufatura”. Considera, também, o toyotismo como uma forma organizacional que, embora diversa da anterior, não supera a desqualificação do trabalhador. A análise toma, então, a automação de base microeletrônica como fenômeno distinto dessas formas organizacionais, superando-as e colocando a indústria metal-mecânica e a indústria de montagem em geral nos caminhos da grande indústria. Ou seja, no atual momento histórico presenciamos a exacerbação das características e das contradições da grande indústria. Nessa análise destacamos a obra de Moraes Neto (1991e 2003). A primeira posição é amplamente divulgada e, de certa forma, tida como consensual. Nossa análise, no entanto, vem na contracorrente, seguindo os caminhos apontados por Moraes Neto. Ressaltamos, porém, que Moraes Neto não desenvolve em seus textos citados as formas de subsunção presentes nessas formas de trabalho social, de forma que as interpretações a esse respeito são de nossa inteira responsabilidade.

Esse processo, cujo desenvolvimento não é linear, mas assume a forma de tendência no modo de produção capitalista, vem acompanhado da subsunção de um número cada vez maior de atividades ao capital.

Ao atingir o capitalismo maduro, [...] [há uma] capacidade cada vez maior de a sociedade liberar uma crescente quantidade de força de trabalho para outras atividades que não a transformação da natureza: o crescimento do setor de serviços e das atividades preparatórias dos atos de trabalho é a sua expressão mais direta. Por ocorrer sob a égide do capitalismo, esse crescimento das atividades que não são trabalho intercâmbio orgânico com a natureza vai sendo paulatinamente apropriado pelo processo de autovalorização do capital que, desse modo, converte uma quantidade cada vez maior de atividades humanas em fonte de mais-valia. (LESSA, 2005, p. 58)

Apesar da incorporação crescente de atividades humanas ao modo de produção capitalista, há um limite para essa incorporação, como complementa Lessa: “Não há identidade absoluta possível entre capital e humanidade, não há também qualquer possibilidade da absoluta absorção de todos os atos de trabalho ao trabalho abstrato” (LESSA, 2005, p. 82). Atividades como a educação, as artes, da saúde entre inúmeras outras, cada vez mais são utilizadas para valorizar capital, seja através de empresas terceirizadas, ou mesmo de forma direta, como no caso do ensino superior privado. Porém, embora essas atividades atendam ao capital – e que seus trabalhadores sejam manipulados ideologicamente por ele, de forma que todo o conhecimento adquirido fora do tempo de trabalho seja utilizado e direcionado para a valorização do capital<sup>20</sup> – essas atividades não são subsumidas realmente.

Entender essa impossibilidade, apontada textualmente por Marx, exige-nos a comparação dos serviços com a atividade fabril. Como apontado, a subsunção real relaciona-se diretamente com a extração de mais-valia relativa. Para extrair mais-valia sob a forma relativa, impõe-se ao capital a modificação do processo produtivo, desenvolvendo as forças produtivas, de forma a diminuir o valor da força de trabalho, aumentando o tempo de trabalho excedente de forma intensiva, sem necessidade de um prolongamento da jornada de trabalho. Nesse processo, impulsionado também pela luta de classes, com a inconveniência do “saber” operário para a acumulação capitalista, desenvolveram-se as forças produtivas do capital, desqualificando o trabalhador, e através da aplicação da ciência ao processo produtivo, este último tornou-se objetivamente social e independente do trabalho vivo imediato. No entanto, nas atividades de serviços, diversos atributos humanos estão envolvidos, atributos esses sem os quais a atividade não pode se realizar. Desqualificar o trabalhador seria esvaziar o próprio produto, o qual é idêntico à atividade, e retirar o conhecimento e atributos do trabalhador, incorporando-os às máquinas seria afirmar a identidade entre capital e humanidade, ou pior, afirmar a possibilidade absurda do homem reproduzir-se na

---

<sup>20</sup> Tese desenvolvida por Antunes (2000), o qual, no entanto, trata do envolvimento dos trabalhadores qualificados no ohnoísmo. Apesar de nossa discordância acerca dessa interpretação do ohnoísmo, seus desenvolvimentos acerca do “envolvimento cooptado” parece-nos interessante ao ser aplicado as atividades qualificadas dos serviços.

máquina. Esses aspectos são determinantes para a impossibilidade de subsunção real do trabalho ao capital.

Com intuito de compreender a impossibilidade da subsunção real dos serviços ao capital recorremos, como exemplo, a uma atividade específica, o trabalho docente no ensino superior privado. Pelas análises apresentadas na primeira parte desse texto, vimos que a atividade de serviços pode ser desenvolvida como atividade produtiva que valoriza capital. No Brasil a utilização capitalista da atividade docente é feita em larga escala. Diferente dos inúmeros serviços que sempre existiram dentro do processo produtivo na valorização do capital, ainda que atrelados ao processo produtivo industrial, o trabalho docente só foi utilizado mais intensamente na produção de mais-valia nas últimas décadas. Essa utilização capitalista foi construída sistematicamente ao longo de décadas, sobretudo, desde 1980 no Brasil, e o coroamento deste processo ocorreu após a segunda metade dos anos 1990.<sup>21</sup>

A atividade de ensino, por si só, já exige um saber do professor. Segundo afirma Saviani (1986, p. 58), o saber “é força produtiva, é um meio de produção”. Para Saviani é exatamente esse meio de produção que o capitalista não consegue retirar do professor. Como atividade que não se extingue após a execução, o meio de produção, o produto do trabalho e o processo produtivo se fundem em um só momento. Saviani afirma ainda que, enquanto o professor deter esse saber, seu trabalho não lhe será indiferente, não será objetivado, ou seja, não será “trabalho tornado um objeto independente dos sujeitos que o realizam” (SAVIANI, 1986, p. 57). E aqui, não se trata só do resultado, mas do próprio processo de produção, o qual para ser objetivado (tornado máquina) deve tornar o processo produtivo estranho ao trabalhador. Como vimos, com a subsunção real do trabalho ao capital o processo produtivo torna-se indiferente ao trabalhador, o enfrenta como coisa, como algo externo e independente dele. A desqualificação do trabalho na subsunção real é extrema a ponto do trabalhador nem ao menos intervir diretamente no processo produtivo. Para o trabalho docente, no entanto, não se aplica nem a desqualificação do trabalho manual presente no taylorismo. Esse fato se comprova quando nos deparamos com a “pedagogia tecnicista”. Através da “pedagogia tecnicista”, tentou-se aplicar nas universidades o planejamento, o controle técnico dos conteúdos pedagógicos de forma a torná-los independentes do professor. A pedagogia tecnicista se colocou como uma das facetas da Teoria do "Capital Humano", através da qual se tentava trazer a realidade da empresa para dentro da escola, uma vez que o ensino se direcionava para o mercado de

---

<sup>21</sup> De 1980 a 2005, o número de Instituições de Ensino Superior (IES) Privadas, saltou de 682 para 1.934, e o número de matrículas evolui neste mesmo período em 268,4%, elevando a participação total do setor privado no ensino superior de 64,3% em 1980, para 73,2% em 2005 (INEP/MEC). Cabe lembrar que esse processo de evolução do ensino superior privado recebeu impulso da política educacional da década de 1990, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e dos inúmeros Decretos que a ela se seguiram, como, por exemplo, os decretos n. 2.207 e n. 2.306 de 1997 (hoje incorporados ao Decreto 5.773 de 2006), os qual permitiram, respectivamente, a criação de IES com fins lucrativos e a existência dos centros universitários, que contam com a autonomia das universidades, sem terem as mesmas obrigações, principalmente no que se refere à qualificação do pessoal docente.

trabalho.<sup>22</sup> Nas concepções da época, um conteúdo técnico poderia ser aplicado por uma metodologia técnica (FRIGOTTO, 1993). Saviani nos esclarece:

[...] o anseio da pedagogia tecnicista é garantir a eficiência e a produtividade do processo pedagógico independentemente dos trabalhadores da educação. A eficiência do ensino seria garantida pela racionalização, pelo planejamento do processo sob controle de técnicos supostamente habilitados, passando os professores a plano secundário, isto é, subordinando-os à organização “racional” dos meios. (SAVIANI, 1986, p. 82)

Os anseios da pedagogia tecnicista nada mais eram do que a tentativa de se implantar dentro das escolas o taylorismo, a técnica predominante na época, o qual se caracteriza pela gerência científica, através da qual é retirada qualquer autonomia do trabalhador frente ao processo produtivo. Se pudermos comparar o trabalho docente com o trabalho manual na atividade produtiva, o professor seria como o trabalhador dos primórdios do modo de produção capitalista na cooperação simples, dotado de *skill*. Se fosse possível retirar seu saber e o deixar apenas executando a tarefa – como ocorreu com o trabalho artesão quando surgiram as manufaturas – ele se tornaria “menos intratável”, nas palavras de Ure, o que possibilitaria maior controle do capital sobre o trabalho, mesmo que o capital continuasse dependente da execução. E foi isso que a pedagogia tecnicista, através das práticas tayloristas, tentou fazer: desqualificar o professor. Essa pedagogia foi aplicada no Brasil a partir de 1969, e fracassou na década de 1980. Segundo Saviani, o motivo do fracasso é a impossibilidade de se objetivar o trabalho na educação, ou seja, subordinar o professor ao processo produtivo, tornando-o estranho a ele. Na tentativa de subsumir o trabalho docente ao capital não se consegue nem ao menos “taylorizar” esse tipo de trabalho, demonstrando-nos a qualificação do trabalho docente como imprescindível ao processo educacional.

Aqui nos cabe um comentário acerca do processo de subsunção no processo produtivo da fábrica. O trabalho do artesão se caracterizava por duas fases simultâneas: a concepção e a execução. A execução exigia-lhe a delicadeza dos movimentos, a precisão, a habilidade manual. A concepção era o momento que envolvia a criatividade, mas também noção precisa de dimensões, medidas, texturas, percepção do material a ser utilizado. A execução, com o desenvolvimento das forças produtivas do capital, pôde ser retirada do homem e transmitida para a máquina. Da concepção, os *softwares* puderam assumir o papel de selecionar materiais, determinar dimensões e medidas do produto, no entanto, são programados pelo trabalho vivo e exigem conhecimento imanentemente humano, assim como a criatividade, a qual é executada no processo produtivo de transformação da natureza pelo trabalho vivo, como o é hoje a função dos *designers*. Trabalhos imanentemente humanos, ou seja, trabalhos que exigem atributos humanos (como o saber, a

---

<sup>22</sup> A teoria do “Capital Humano” nasceu nos EUA e seu principal expoente foi Theodore W. Schultz, muito conhecido pelas obras: *O valor econômico da educação*, de 1963, e *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*, de 1971. Essa teoria estabelecia uma correlação entre aprimoramento dos trabalhadores, através da educação, e produtividade.

criatividade, a sensibilidade) mesmo na fábrica, continuam subsumidos apenas formalmente. Já no trabalho docente, *todo* processo produtivo se caracteriza por ser imanentemente humano.

Em nossa análise, temos que o limite encontrado no trabalho do professor não está só na impossibilidade de se separar a produção do consumo, mas também no fato da atividade, em si, carregar atributos humanos, os quais não podem ser objetivados, nem mesmo no caso do trabalho qualificado, cuja qualificação é imanentemente humana, e que resulte em produto material, como é o trabalho do *designer*. Podemos ilustrar nossa afirmação com o trabalho de *telemarketing*. Esta atividade não resulta em nenhum produto separável do ato de produção. Porém, pôde ser desqualificada. Seus trabalhadores não têm autonomia na sua atividade, todas as falas e até o tom e os tempos de fala são determinados pela empresa capitalista que os contrata; a eles só resta executar. Essa atividade de serviços pôde ser desqualificada exatamente por não envolver atributos imanentemente humanos. Ao contrário do trabalho docente.

Assim como a atividade docente, muitos serviços respondem a necessidades também imanentemente humanas, necessidades sociais que se desenvolveram socialmente juntamente com o gênero humano, com os sentidos humanos. Para sua reprodução material o homem, como ser natural, transforma conscientemente a natureza para satisfazer suas necessidades vitais através do *trabalho*. Historicamente, em seu metabolismo com a natureza, desenvolve-se a essência *humana*, o homem enquanto ser genérico, num processo em que se desenvolvem as potencialidades humanas, as quais impulsionam, ao tempo em que são resultado de novas necessidades, porém necessidades mais elaboradas, que se constroem e se efetivam na relação dos homens entre si e destes com a natureza. O homem, como ser ativo e consciente constitui-se *ser social*. Para sua reprodução como *ser social*, como ser histórico, requerem-se novas mediações de complexos sociais, tais quais a cultura, a linguagem, a educação, a ciência, entre outras, as quais se efetivam através das *práxis sociais* que satisfazem necessidades sociais na relação dos homens entre si e na reprodução dessa relação (LUKÁCS, 1978; MARX, 1988 e 2004). Como *práxis sociais* se configuram muitas das atividades dos serviços, que apesar de serem subsumidas ao capital, só podem realizar-se mediante a qualificação daqueles que a executam, não sendo possível ao capital prescindir do trabalho humano qualificado, o qual foi eliminado da produção imediata em todas as atividades subsumidas realmente ao capital, ou seja, atividades cujo conteúdo foi modificado para atender às necessidades de valorização do capital.

Acerca da impossibilidade de subsunção real do trabalho apontamos ainda um elemento de extrema importância, o qual se atrela aos próprios conceitos de “real” e “formal” para Marx. Marx na obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, ao descrever democracia como algo real afirma: “Democracia é conteúdo e forma”, já a monarquia “deve ser apenas forma, mas ela falsifica o conteúdo” (MARX, 2005, p. 49). Mais adiante Marx complementa:

Na monarquia o todo, o povo, é subsumido a um de seus modos de existência, a constituição política; na democracia, a *constituição mesma* aparece somente como *uma* determinação e, de fato, como autodeterminação do povo. Na monarquia temos o povo da constituição; na democracia, a constituição do povo. [...] Em todos os Estados que diferem da democracia o que domina é o *Estado, a lei, a constituição*, sem que ele domine realmente, quer dizer, **sem que ele penetre materialmente o conteúdo das restantes esferas não políticas**. (grifo nosso) (MARX, 2005, p. 50-51)

Algo para ser real deve coincidir conteúdo e forma. A democracia, por ser real, teve de “penetrar materialmente o conteúdo”. O mesmo se dá quando há subsunção real, o processo material de produção deve se modificar. Como indica Marx:

**Na subsunção real ao capital** [...] desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, **o modo de produção capitalista, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material**. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por conseqüência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho. (grifo nosso) (MARX, 1985, p. 105)

Na produção capitalista de bens materiais, quando a subsunção era apenas formal, a produção já era capitalista, mas *quem dominava* (controlava) o conteúdo do processo produtivo, como no caso da cooperação simples, *era o homem*. Porém, quando a subsunção real torna-se plenamente desenvolvida e o modo de produção especificamente capitalista encontra sua base adequada, a produção imediata é executada pela máquina, trabalho social objetivado, não mais pelo homem, agora desqualificado e até mesmo supérfluo, como ocorre na grande indústria com a aplicação da maquinaria. A forma é capitalista e quem controla objetivamente a própria produção é o capital, forma e conteúdo coincidem.

Ao analisar os serviços sob essa perspectiva, percebemos que esse tipo de atividade, quando qualificada e imanentemente humana, possibilita apenas a subsunção formal. Isso ocorre, pois seu conteúdo se compõe pelo próprio desenvolvimento genérico do homem, pelos atributos imanentemente humanos. A subsunção real dessas atividades ao capital tornaria o capital detentor desses atributos, desqualificando o trabalhador e contrapondo a ele sua própria essência materializada na máquina. A modificação do conteúdo dos serviços, retirando do trabalhador a essência de seu trabalho e objetivando-a na máquina significaria que o capital igualou sua forma à essência humana, e como afirma Sérgio Lessa (2005, p. 82): “Não há identidade absoluta possível entre capital e humanidade”. Dessa forma, os serviços qualificados, embora extensivamente utilizados pelo capital em sua valorização, impõe um limite à sua utilização intensiva, à extração de mais-valia relativa, atrelada à subsunção real do trabalho ao capital, pois, como vimos, essa só é possível com a modificação material do conteúdo do trabalho, possibilidade que não existe para os serviços sem que resulte no esvaziamento do próprio produto, o qual só existe enquanto atividade.

## Considerações finais

No século XIX, ao tratar dos serviços, Marx afirmava: “[...] [Os serviços] embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista, constituem grandezas insignificantes se os compararmos com a massa da produção capitalista” (MARX, 1985, p. 116). Neste início do século XXI, esta afirmação surge como inexata, como nos mostram as dimensões da participação dos serviços no emprego, impondo-nos a necessidade de entendimento dessas atividades como componente importante ao processo de produção e reprodução do capital.

Cabe-nos, no entanto, uma observação que, ao invés de tornar insuficiente a utilização do trabalho docente como meio para explicitarmos a impossibilidade da subsunção real dessa atividade ao capital, mostra-nos uma contradição na utilização dos serviços. Na análise das Instituições de Ensino Superior Capitalistas, temos que *a forma mercadoria corrompeu a educação*. Trata-se agora da compra e venda de diplomas e não da busca de conhecimento por parte dos alunos e da “venda” deste por parte das IES Capitalistas. Dessa forma a precarização do trabalho docente se dá em detrimento da qualidade do ensino, sem que isso diminua os ganhos do capitalista. Essa perversa aliança entre IES Capitalistas que não se interessam em ensinar e alunos que não se interessam em aprender, pois o que compram é o diploma, impacta diretamente no trabalho docente. Nesse caso, a qualificação do trabalho docente não se torna mais uma barreira intransponível para a valorização do capital no “tráfico de conhecimentos”, pois ela é dispensável, embora seu conhecimento não tenha sido expropriado e posto em função do capital, como ocorreu com o trabalho manual.

No entanto, ainda que seja possível a precarização da atividade docente, o que não ocorre sem visíveis contradições, o mesmo pode não ocorrer com outras atividades. No ensino superior privado vendem-se diplomas e não conhecimento, pois é essa a demanda. Aqui o capital só pode alterar o conteúdo dessa atividade, ainda que não substantivamente, em detrimento de seu resultado, e isso só foi possível, pois a realização desse resultado satisfazia à necessidade daqueles que demandavam esse serviço.<sup>23</sup> Questionamos então se o mesmo pode ocorrer com outros serviços qualificados. Ora, se eles respondem a necessidades, sejam humanamente sociais, ou sejam do próprio capital, ou de uma classe determinada, o esvaziamento dessas atividades não resultaria na insatisfação dessas necessidades? E não são essas necessidades humanas ou do capital, que servem para a reprodução de um, enquanto ser social, e do outro em seu processo de valorização? Nosso entendimento é que esse esvaziamento resultaria em mais um elemento de crise para o capital, e num regresso civilizatório para a humanidade, de forma que temos ainda como válida a afirmação

---

<sup>23</sup> Embora essa realidade coloque-se como tendência, o esvaziamento do ensino superior privado (e do ensino em geral destinado à classe proletária) não é aceito sem contradições. Para realizar seu objetivo de valorização as IES privadas necessitaram de artifícios político-ideológicos, mascarando a precariedade do ensino oferecido para seus alunos.

de Marx de que os serviços só podem ser subsumidos formalmente, impondo um limite a sua utilização capitalista.

### **Referências Bibliográficas**

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP; São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BELLUZZO, L. G. M. **Valor e capitalismo:** um ensaio sobre a economia política. 3ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.

CORIAT, B. O Taylorismo e a Expropriação do Saber Operário. In: PIMENTEL, D. *et al.* (Orgs.). **Sociologia do trabalho: organização do trabalho industrial.** Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pensar pelo avesso:** o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan; UFRJ, 1994.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva.** 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

INEP/MEC. **Evolução do ensino superior:** 1980-1998 / INEP. Brasília: O Instituto, 1999.

INEP/MEC. **Sinopse estatística do ensino superior:** 1999 a 2005 / INEP. Brasília: O Instituto, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

LESSA, S. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, Ciências Humanas, v. 4, p. 1-18, 1978.

MARX, K. **Elementos fundametales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse), 1857-1858.** México: Siglo XXI, 1978.

\_\_\_\_\_. **Teorias da mais-valia:** história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. Livro Primeiro. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de O capital:** resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. Livro Primeiro. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: I – Feuerbach.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORAES NETO, B. **Marx, Taylor e Ford:** as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **Século XX e trabalho industrial:** taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate. São Paulo: Xamã, 2003.

NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação.** São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista.** São Paulo: Boitempo, 2003.

PETTY, W. **Obras econômicas.** São Paulo: Nova cultural, 1996.

POCHMANN, M. **Debates contemporâneos, economia social e do trabalho, 2:** a superterceirização do trabalho. São Paulo: LTr, 2008.

QUESNAY, F. **Análise do Quadro Econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.



ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1962.

SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.